

ROMÃO, José Eustáquio. “Prefácio”. In: GADOTTI, Moacir. *Diversidade Cultural e Educação para Todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

José Eustáquio Romão\*

Apresentar Moacir Gadotti como um importante pensador pedagógico à comunidade educacional brasileira é totalmente dispensável, considerando-se seus inúmeros trabalhos já publicados e a riqueza de suas contribuições à reflexão sobre a educação, em geral, e sobre as mazelas da educação brasileira, em particular. No entanto, parece-me indispensável revelar a outra face do trabalho de Gadotti: o engajamento no concreto, a mão diretamente na prática educativa. E esse outro lado de sua vida, pelo pouco que tenho compartilhado, não se constrói isoladamente do primeiro: pelo contrário, nele se alimenta e a ele retorna, com a saudável humildade científica de quem reconhece que uma teoria só ganha legitimidade no interior de uma prática concreta. Gadotti vive, não apenas discute, a relação dialética entre teoria e práxis.

Esse saber militante, a serviço da educação popular no Brasil, tem sido uma prova concreta de que se há de ser radical, sem ser sectário; de que a transformação necessária ao país – no limite, a revolução – só poder ser construída com um olho nos princípios (resumidos no compromisso com as camadas populares e com o outro nas estratégias adequadas a cada conjuntura (construídas, portanto, a partir de uma leitura lúcida da realidade). Gadotti é um típico pensador que não faz da reflexão inteligente mero ato de fruição – embora seja sempre um prazer renovado ler seus textos -, mas um instrumento de intervenção oportuna e penetrante na realidade alienada-alienante do chamado “sistema educacional brasileiro”.

Neste trabalho, *Diversidade Cultural e educação para todos*, onde reúne três conferências – três verdadeiros ensaios -, ele demonstra, com incomum perspicácia e com a generosidade de seu compromisso, estar atento à questão da educação básica, tão importante neste final de século, mormente em países que, como o Brasil, pretendem, sem voluntarismo, sair do subdesenvolvimento.

Dentre os principais eixos de sua reflexão, pode-se destacar o da esperança e o da convicção sobre a possibilidade de se construir um verdadeiro Sistema Nacional de Educação, superando-se as dicotomias, as desarticulações e as contradições entre o público e o privado, o ensino básico e o superior, a cultura erudita e popular.

\*Da Universidade Federal de Juiz de Fora

Já na introdução, Gadotti confronta a educação multicultural e a questão da equidade, fazendo avançar a discussão sobre o aparente conflito entre a identidade e a universalidade culturais: “a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem de ser internacional e intercultural, como ponto de chegada”. Supera, portanto, o simplismo regionalista ou bairrista e o universalismo colonialista, ao se encaminhar para o equilíbrio entre o respeito às particularidades culturais e a universalização do acesso ao patrimônio cultural e tecnológico que deve ser comum, para que o conhecimento não seja instrumento de dominação, mas de libertação. Em outros termos, traduz com propriedade a ideia de que, por exemplo, um programa de educação básica para o seringueiro amazonense há de respeitar os padrões e costumes locais, sem perder de vista que a aprendizagem da cotação da borracha das bolsas internacionais é fundamental para que o educando não seja enganado pelo atravessador... Não se pode confundir respeito à cultura local com a contemplação paternalista e benevolente do pitoresco popular, que pode estar também carregado de alienações, sem falar que simplesmente respeitar a cultura local, sem ultrapassá-la, é condenar as populações marginalizadas dos benefícios sociais a continuarem na mesma situação.

Gadotti retoma e aprofunda a mesma discussão no primeiro ensaio, “Identidade cultural e itinerário educativo”, apontando outras contribuições fundamentais, como as diferenças (não antagônicas) que abrem espaço às parcerias, sem as quais, nos dias de hoje, os imensos e complexos problemas da educação básica não podem ser resolvidos no mundo, e muito menos no Brasil.

Porém, em nenhum momento abre mão da ênfase na prioridade ao respeito e atendimento aos excluídos.

Outro destaque, à primeira vista óbvio, mas que ele atualiza e cuja reflexão faz avançar, e quando se debruça sobre o tema da organização popular. Em um momento de profunda perplexidade, em face dos últimos acontecimentos do mundo socialista, tem a coragem e a lucidez de recolocar na ordem do dia a questão da mobilização e organização populares como importante passo complementar da conscientização e condição *sine qua non* de qualquer mudança.

A parceria – possível e necessária – entre a sociedade política não elimina a necessidade de um motor que a force e que pressione a transformação do discurso das autoridades (sobre a prioridade da educação básica para todos) em prática: a população consciente e organizada!

Anunciado no final do primeiro ensaio, o tema é retomado em profundidade no segundo.

*En passant*, mas com uma propriedade inigualável, Gadotti aborda neste texto a consagração da estabilidade dos ocupantes de cargos na estrutura do ensino, obtidos clientelisticamente nos governos de exceção. E – será uma fatalidade brasileira? - as soluções prussianas das elites nacionais têm conseguido usurpar as mais legítimas bandeiras progressistas, para roubar-lhes os efeitos originais. A estabilidade virou vitaliciedade e, o que é pior, biombo para a impunidade da tecnoburocracia educacional.

Retoma também a questão da dívida externa, como fatos impeditivo do sucesso de qualquer política social do Estado. Aliás, na Reunião Preparatória da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Quito (29 de dezembro de 1989 a 1º de janeiro de 1990), que congregou todos os países da América Latina e Caribe, a proposta da delegação brasileira, aprovada unanimemente, quase encontrou forte resistência do representante do Banco Mundial: conversão da dívida e de seu serviço em um fundo destinado à educação básica e administrado soberana e democraticamente pelo país devedor. Basta consultar o relatório final da reunião para se perceber quanto a proposta foi escamoteada. Não há dúvida de que a forma como os credores querem conduzir a questão da dívida externa constitui-se no imperialismo típico deste final de milênio, conforme chama a atenção o autor deste belo e corajoso livro.

Sem cair no “stakanovismo”, Gadotti aborda o problema (ou solução?) da relação dos movimentos populares com o Estado, elucidando um grande dilema: como prescindir da criatividade dos movimentos pedagógicos populares, mas que são importantes, dadas as dimensões da sua carência; e como entregar a solução ao Estado, que embora tenha os recursos para atender a tais dimensões, no caso brasileiro, tem-se colocado a serviço das elites? “É preciso estar taticamente dentro e, estrategicamente fora do Estado”, diz ele.

Finalmente, no último ensaio, Gadotti faz um balanço da inércia e dos avanços, dos limites e das potencialidades da gestão educacional, passados dois anos das Conferência Mundial sobre Educação para Todos (realizada na Tailândia, em março de 1990), e da disseminação de seus documentos (no Brasil tímida), “Declaração mundial sobre educação para todos” e “Plano de ação para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. Destaca, então, duas ideias, que lhe têm sido muito caras: a retomada da luta pela descentralização – com o primeiro passo da municipalização do ensino básico – e o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no redirecionamento das políticas e dos planos educacionais públicos.

Se a descrença e a desesperança – que só têm favorecido os que querem a continuidade das políticas forjadas nos governos de exceção – se explicam (porque, embora a ditadura tenha sido banida, ainda não se conseguiu ultrapassar o caráter exclusivista-excludente das políticas sociais que só favorecem às elites), não se justificam. E isso fica claro no livro que ora prefaciamos, pois ele é um alento à esperança e à convicção de que a Educação no Brasil não é uma causa perdida. No conjunto, o texto busca infundir a necessidade de criação de um novo Sistema Nacional de Educação, e, para isso, basta que nos armemos de uma nova concepção de educação, que não se confunda com a mera preocupação de preservar e acumular o saber, mas que a identifique com uma reflexão sistemática sobre as determinações sociais, isto é, com um processo dialógico entre educadores e educandos e destes com a sociedade. Nesse processo certamente brotará a convicção de que, se as mazelas da educação brasileira são necessárias – porque resultantes de processos

históricos resultantes de contradições às contradições de qualquer construção hegemônica. A superação dessas contradições depende da transformação da escola no espaço da cidadania, isto é, no ambiente da sagrada sistemática reflexão das camadas populares sobre as determinações sociais alienantes e excludentes, para que, instrumentalizadas, intervenham na realidade e orientem as determinações no sentido inverso do que têm sido até hoje.

O livro de Gadotti que ora é entregue ao público é um convite a essas e outras reflexões tão oportunas. É mais uma prova de que esse grande companheiro de lutas nunca foge à responsabilidade de estar taticamente no poder e estrategicamente fora dele, pois nunca se filiou ao “Clube do Intimismo à Sombra do Poder”, cujos associados mantêm o intimismo (crítica formal às políticas públicas para fazerem figuração de progressistas ou sempre estarem bem com todas as correntes) perfeitamente conciliado com as benesses da sombra do Estado.

É que Gadotti é sócio-fundador do Clube da Resistência Pedagógica.

Juiz de Fora, março de 1992.